

PATRIMÔNIO CULTURAL EM CONFLITO: O CASO DO PÁTIO Nº 4 DO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS – RS.

TANIZE GARCIA¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – nize.garcia@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Supor que o patrimônio cultural edificado em meio urbano, é apenas ambiente de lazer e turismo, é possível a partir da veiculação de mensagens da mídia da informação, que se utiliza das narrativas oficiais de cidade e do patrimônio (e ajudam a compô-las), a fim de enfatizar determinados interesses de ordem administrativa, gerencial ou comercial. À luz da antropologia, podem-se perceber outras dinâmicas sociais do patrimônio que vão além dessas narrativas oficiais. Ao analisar antropologicamente os locais onde o turismo é fomentado, com a finalidade de entender o processo de *requalificação* dos espaços do patrimônio cultural tombado ou inventariado em conjuntos urbanos – os *centros históricos*- podemos refletir sobre as várias visões de mundo expressas pela polifonia dos frequentadores desses lugares. Assim, se descortinam conflitos que evidenciam ambivalências das estratégias usuais de gestão pública do patrimônio cultural. Como exemplo, temos as disputas de representação de comunidades e grupos nos contextos cotidianos do patrimônio em meio urbano, entendidos como meios de construir a cidade (AGIER, 2011) sempre em transformação.

Nesse sentido, este trabalho é um recorte das reflexões de minha pesquisa de mestrado que tem como objeto o Mercado Público de Pelotas - Rio Grande do Sul. O espaço foi construído no final do século XVIII, no contexto da indústria saladeril, que, pela produção do charque, contribuiu para a construção de boa parte do discurso oficial sobre a cidade de Pelotas. O local foi reformado em 2009, pela gestão pública municipal, através de uma parceria entre a Secretaria de Cultura (Secult) do município com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por intermédio do Programa Monumenta. Desde a sua construção, se manteve em funcionamento e com a principal característica de reunir público plural, sendo importante local de interação social na cidade (Secult).

Alguns dos eventos sociais que têm sido analisados pela pesquisa evidenciam o argumento de resistência dos cidadãos em reivindicar seu espaço e permanência nas ambiências do Mercado. A alteração dos eventos musicais *Sexta Black* e *Samba do Mercado*, que ocorrem nos pátios centrais, se configuram enquanto competente *locus* para realização de reflexões antropológicas sobre as dinâmicas do patrimônio em ambiente urbano. Sob a perspectiva das pessoas que os frequentam e a heterogeneidade das visões de mundo é possível construir uma “leitura” do conflito patrimonial, decorrente da apreensão de alguns significados sobre a cidade dinâmica.

De acordo com Corá (2014) o patrimônio material é um campo em permanente disputa, tensionado por questões de interesse. Nesse aspecto, pensar nas intervenções da administração pública na realização de eventos em locais de patrimônio edificado é, em certa medida, analisar o que Hanna Arendt (1994) pensa sobre exercer o poder como uma condição de imediatismo temporal. Ou seja, da satisfação das “necessidades” de manutenção do poder construídas por cada gestão política e, como estas são pensadas no contexto atual, pois não contemplam uma organização de poder com benefícios “para

todos”. Tais estratégias podem ser vistas como expressões de violência dos gestores para manutenção imediata do poder. Quando se supõe um local de patrimônio como um bem que faz referência à coletividade, intervenções em suas dinâmicas impactam uma série de relações sociais que se estabelecem no lugar. As transformações do patrimônio sejam em caráter de interesse público ou dos coletivos urbanos, tensionam as disputas onde as composições narrativas múltiplas demonstram as perspectivas e, também, os jogos de poder (ALFONSO; RIETH, 2016).

Nesse sentido, quando foram impostas alterações que deslocaram os eventos musicais para outro pátio do Mercado Público, que não o que era “tradicionalmente” usado para tal finalidade, evidenciou-se que esses lugares de patrimônio se transfiguram em formas de se exercer controle sobre coletivos urbanos e seus corpos (FOUCAULT, 1987) em prol da “organização do caos”. A multiplicidade de narrativas dá os contornos de outras formas de organização social e formas de viver e construir a cidade.

2. METODOLOGIA

Para realização de pesquisas na área de antropologia o método utilizado é o da etnografia, uma vez que, como diz PEIRANO (2014), a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e aprimora. A pesquisa de campo não trata de somente coleta de dados, mas um processo com implicações teóricas específicas. Assim, para as reflexões aqui propostas, os dados foram coletados a partir de idas a campo e da interação com interlocutores, que participaram dessa sucessão de disputas e contribuíram para a realização de reflexões empíricas acerca os eventos narrados.

A observação participante, tanto em uma audiência pública, quanto nos eventos - antes, durante e após o fato-, foram fundamentais para a construção de um panorama sobre as dinâmicas sociais aos quais os promotores dos eventos *Sexta Black* e *Samba do Mercado*, permissionários frequentadores e gestores públicos, são responsáveis por compor no Mercado. Assim, por tratar de diferentes pontos de vista, são consideradas as falas dos envolvidos durante o período trazido para a reflexão, pois se refere ao que eles entendem como necessário à defesa e satisfação de seus interesses e para a manutenção do patrimônio cultural edificado, no contexto da cidade. Para fins de compreensão, e por se tratar de um debate de ideias entre sociedade e administração pública, dividimos em dois grupos. Assim, ao grupo dos trabalhadores, frequentadores, músicos, promotores culturais, etc., envolvidos na realização desses eventos musicais, tomamos a liberdade de usar o termo “*comunidade*” do Mercado para nos referir. A administração pública é mencionada enquanto tal, por serem mais facilmente associadas às *figuras* do Estado. No entanto, todas as partes envolvidas são, inextricavelmente, a “comunidade do Mercado”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em março de 2017, após uma série de discussões e disputas de interesses dos permissionários e lideranças administrativas acerca da realização dos eventos musicais de nome *Sexta Black* e *Samba do Mercado*, ambos que ocorriam no pátio nº 4 do Mercado Público, ganharam volume na rede social *facebook*. A cidade foi informada por meio dos jornais impressos que, dali por diante, os eventos populares seriam deslocados para o pátio nº 1, pátio de menor destaque. Após comoção da *comunidade* do Mercado, em articulação com representantes do poder executivo municipal, foi realizada uma Audiência Pública

na Câmara de Vereadores da cidade. O objetivo era que a comunidade pudesse discutir, democraticamente, a alteração dos eventos com o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo e o Diretor de Cultura.

É importante ressaltar o teor desses eventos que já se realizam há mais de um ano no mesmo local. Essas atividades são, atualmente, realizadas todas as sextas-feiras no início da noite e, aos sábados, no fim de tarde, sempre reunindo grande quantidade de frequentadores. Acontecem, concomitantemente, às demais atividades comerciais do Mercado Público.

A Sexta Black se caracteriza por um evento comandado por *D.J's*, que enfatiza a música negra americana em ritmo dançante – *hip hop, soul, charme*, etc.-; e tem como objetivo reunir as pessoas que admiram o estilo musical, além de contribuir para reunir grande quantidade de pessoas negras residentes na cidade. Apesar desse caráter de afirmação à descendência africana, predominante na região, pessoas de várias idades, etnias e condição sócio-econômica frequentam o evento, interagem e estabelecem laços de convivência. O *Samba no Mercado*, acontece todos finais de semana a partir das 18h e 30min, dois grupos revezam suas apresentações. Os grupos *Renascença* e *Mercado Samba-Clube* conservam características de público e apresentação distintas, de acordo com a proposta musical de cada um. No entanto, é evidente a condição de ambos em reunir públicos bastante heterogêneos em eventos de grande fluxo de pessoas.

De acordo com os grupos presentes na audiência pública, não era de interesse das/ os participantes a alteração de pátio para as apresentações. A tensão teria sido gerada pela disparidade de perfis de público e quantidade de “ruído” que esses eventos emitiam, confrontando-se diretamente aos interesses de permissionários de restaurantes, que tinham por objetivo um ambiente mais tranquilo e de clientes “selecionados” de acordo com determinado “padrão”, articulados com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

A comunidade presente considerou a decisão da gestão do mercado como preconceituosa em relação aos eventos, por serem espaços de representação das comunidades negras e em vulnerabilidade da cidade dentro do Mercado Público. Alguns permissionários ressaltaram a importância daqueles eventos em função do caráter imaterial que assumiam, condicionados pela representatividade da localização do pátio e das bancas que dialogavam com esses eventos. Cabe ressaltar que alguns dos promotores e beneficiários dos eventos, também trabalham na organização desses projetos, sendo ao mesmo tempo promotores de eventos e permissionários das bancas do Mercado.

A posição das lideranças políticas na gestão do Mercado foi enfática, subvertendo os pedidos populares de manutenção dos eventos no pátio nº4, condicionando a troca imediata para o pátio nº1. Neste pátio, até o momento, funcionava apenas uma banca de artesanatos, o que alterava a dinâmica de relações entre frequentadores e as bancas de bares e restaurantes do pátio anterior. O prazo seria negociado como um teste. O que se seguiu foi a ocupação do pátio nº 4 por mesas e cadeiras, que passaram a configurar o local como uma segunda praça de alimentação para os bares e restaurantes das bancas do antigo pátio de eventos. Não raro, em campo, era possível perceber que, enquanto o *Samba do Mercado* oficial acontecia no pátio nº1, músicos improvisavam uma segunda roda de samba no antigo local dos eventos, demarcando a importância daquele local e como forma de resistência à alteração imposta.

Malgrado o intento de alteração, percorridos cinco meses, os eventos retornaram ao pátio nº 4, fato que vinha sendo esperado pela comunidade do Mercado, “(...) lá é a nossa casa, esse pátio não tem o conforto daquele lá, mas

logo a gente volta, não vai demorar (...)” (DJ. Nenê Konfirmado, extraído do *Diário de Campo*, junho, 2017). Durante todo o período de realização dos eventos no pátio substituto, nenhum estabelecimento de gêneros alimentícios e bebidas recebeu permissão para instalação no local, dando a dimensão de uma provável intenção de “forçar” um silenciamento dos eventos?

4. CONCLUSÕES

A reflexão permitiu inferir a condição conflituosa das decisões de gestão do patrimônio cultural edificado pela administração pública do Mercado de Pelotas e sua relação com as múltiplas formas de viver, das pessoas, que se articulam na cidade. Bem como, a relação destas com os lugares de patrimônio. A partir do Mercado é possível discutir, não apenas uma forma de lazer urbano, mas relações de poder que se estabelecem entre as elites e as culturas marginais desde a construção de suas bases. Pensar a atividade turística como forma de fixar o patrimônio material como representante das “heranças ricas que construíram a cidade”, é reduzir o potencial simbólico e de recriação constante da cidade, através das negociações diárias feitas pelas relações das gentes com os lugares que habitam.

A materialidade do espaço proporciona um obscurecimento daquilo (ou daqueles grupos) que não se deseja que seja visto. De acordo com (FOUCAULT, 1987), estabelecer “quadros vivos” (1987, p.174) permite a dominação dos múltiplos grupos, sejam os “desejáveis” em meio aos “indesejáveis”, transformando o quadro do caos em uma lógica da “ordem do confuso”, evidente em grande parte dos eventos musicais aqui abordados. Partindo para um pensamento sobre a cidade construída pelas pessoas, em meio as suas experiências, essa lógica social se organiza justamente pela bagunça e pela desordem (ROCHA; EKERT, 2013).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, M.. **Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos**. São Paulo: Ed, Terceiro Nome, 2011

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. SCHIAVON, Camen Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dulmará, 1994, p. 4-56.

CORA, Maria Amélia Jundiran. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais**. Pública Rio de Janeiro: Rev. Adm, 2014. 48(5):1093-1112, set./out.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C.. **Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas**. Porto Alegre. Ed. Marcavizual, 2013.